Em defesa de “legítimos interesses”

o ensino secundário no discurso educacional
de *O Estado de S. Paulo* (1946-1957)

*Bruno Bontempi Jr.**

Resumo:

Este artigo apresenta o discurso educacional de *O Estado de S. Paulo* após o Estado Novo, articulando sua atualização às mudanças do jornalismo. As reformas empresarial e gráfica vividas a partir de 1945, que visavam à modernização do jornal e ao incremento de suas vendas, conduziram à predominância das notícias e reportagens em detrimento da opinião, transformando os editoriais em lugares privilegiados para a sua manifestação. A nova política de recrutamento de colaboradores, por sua vez, trouxe da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) alguns de seus primeiros bacharéis, o que permitiu que os intelectuais da USP, por meio dos escritos de Laerte Ramos de Carvalho, convertessem suas idéias sobre o ensino secundário em “opinião pública esclarecida”.

O Estado de S. Paulo (jornal); Universidade de São Paulo; Laerte Ramos de Carvalho; opinião pública; ensino secundário.

* Doutor em educação: história e filosofia da educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

In defense of “real interest”

secondary education in the educational
speech of *O Estado de S. Paulo* (1946-1957)

*Bruno Bontempi Jr.**

Abstract:

This article presents the educational speech of *O Estado de S. Paulo* after the Estado Novo, articulating its update to the changes of the journalism. The reforms enterprise and graphical developed from 1945, aimed to the modernization of the periodical and the increment of its sales. That had lead to the predominance of the notice and news articles in detriment of the opinion, transforming the editorials into privileged places for its manifestation. The new politics of conscription of collaborators, in turn, brought of the College of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo (USP) some of its first “bacharéis”. That allowed that the intellectuals of the USP, by means of the writings of Laerte Ramos de Carvalho, converted its ideas on secondary education into “clarified public opinion”.

O Estado de S. Paulo (newspaper); University of São Paulo; Laerte Ramos de Carvalho; public opinion; secondary education.

* Doutor em educação: história e filosofia da educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Este artigo trata da atualização do discurso educacional de *O Estado de S. Paulo* (OESP) nos anos que se seguem à queda do Estado Novo, momento crucial em que, ao acompanhar as mudanças em curso no âmbito da imprensa periódica de grande circulação, a sociedade anônima que controlava o jornal empreendeu reformas empresariais e gráficas visando à ampliação de suas vendas e do número de leitores, ao mesmo tempo em que procurou assegurar o poder de persuasão da opinião pública e de influência na política nacional por meio da renovação de seu quadro de colaboradores. No que tange às questões educacionais, assunto considerado de maior importância pelos redatores do jornal desde os tempos do Império, a contratação para a redação das colunas sobre educação do jovem licenciado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972), é indicativa do movimento de atualização do jornal quanto a seu discurso educacional, em uma etapa decisiva para os rumos da educação brasileira, em que transcorreu a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹.

A pesquisa em que este texto se baseia consistiu de dois procedimentos: reunião, junto à literatura especializada, de informações sobre o processo de renovação da imprensa brasileira em curso nas décadas de 1940 e 1950, e seleção e leitura das colunas redigidas por Ramos de Carvalho em OESP sobre o ensino secundário, de 1946, data de seus primeiros artigos assinados, até 1957, quando, após tramitação na Comissão de Educação e Cultura, o projeto de LDB foi finalmente posto na ordem do dia do Congresso Nacional². A data limite justifica-se por

-
1. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, publicada no *Diário Oficial* da União em 27 de dezembro de 1961.
 2. Os editoriais redigidos por Ramos de Carvalho, identificados como tais e reunidos por Marta Maria Chagas de Carvalho, encontram-se preservados no acervo do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP. Dentre as fontes que foram associadas ao *corpus* documental desta pesquisa, destaque-se a série de *Anuários* da FFCL-USP, pertencente ao acervo do Projeto Memória da atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e preservados no Centro de Apoio à Pesquisa Sérgio Buarque de Holanda (CAPH), Departamento de História e Geografia da USP.

ter esse fato imediatamente desencadeado uma volumosa série de editoriais, em sua maior parte redigidos por Ramos de Carvalho, sobre a LDB. Essa série, cuja culminância dá-se na Campanha em Defesa da Escola Pública, desloca, seja quantitativamente, seja qualitativamente, o foco das atenções do jornal, anteriormente fixado nos problemas do ensino secundário³.

O objetivo deste artigo, ao ensaiar a articulação entre as histórias da imprensa e da educação no Brasil, é sublinhar que a educação de fato ocupava um espaço considerável em órgãos de imprensa do porte de *OESP*, motivo pelo qual o trato de suas questões não pode ser omitido das narrativas da história da imprensa e da política brasileiras de após 1945; e, no que tange à história da educação brasileira, realizar mais um esforço de reconstituição do ambiente em que determinadas idéias e proposições educacionais foram formuladas e puderam circular. O tratamento articulado dos editoriais de Ramos de Carvalho sobre o ensino secundário ao processo de atualização de linguagem, formato e alcance do jornal, bem como a sua significação no movimento de reorganização das forças ideológicas abafadas no Estado Novo, nas quais se inclui o “grupo d’*O Estado*”, permite estimar o alcance das idéias educacionais desse grupo sobre o conjunto da sociedade, por meio da conversão, que o veículo de comunicação de massa proporciona, de seu discurso em “opinião pública”⁴.

-
3. De 1946 a 1957, o tema do ensino secundário é o mais freqüentemente tratado pelos editoriais. O deslocamento de foco para a discussão da LDB dá-se logo no início do ano de 1958: em fevereiro e março, o jornal publica dois importantes editoriais, “Da liberdade de ensino” e “Educação e monopólio”, nos quais Ramos de Carvalho inaugura a série em que se posiciona, e ao grupo que representa, na disputa em torno da questão desencadeada pelos substitutivos do deputado Carlos Lacerda (1958 e 1959), de “monopólio estatal *versus* liberdade de ensino” (cf. Barros, 1960, p. XXII; Carvalho, 2003). Acrescente-se, ainda em favor da periodização aqui adotada, o fato de ter sido iniciada em 1957 uma política de criação de novos estabelecimentos de ensino secundário pelo governo do estado de São Paulo, pela qual o número de ginásios elevou-se a proporções inauditas, notadamente nas áreas suburbanas e periféricas da capital, alterando assim o quadro do período de 1946 a 1957, sobre o qual versa a maioria dos editoriais selecionados.
 4. Dizer que a presente análise permite “estimar” o alcance das idéias consiste em reconhecer a necessidade de uma investigação complementar que possa operar

Redemocratização do país e atualização do jornal

Em janeiro de 1945, começou a circular a declaração de princípios redigida durante o I Congresso Brasileiro de Escritores, em que eram defendidas a legalidade democrática, a liberdade de expressão e a realização de eleições diretas para a presidência da República. A 22 de fevereiro, o *Correio da Manhã* ousou publicar uma entrevista em que José Américo de Almeida (ex-ministro da Viação de Vargas e ex-candidato à presidência pelo Partido Comunista do Brasil em 1937) tratava de eleições; no mesmo dia, o repórter Edgard da Mata Machado divulgou, em *O Globo*, que o brigadeiro Eduardo Gomes seria o candidato de oposição à presidência da República. Em maio, fechou-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão a que coubera, desde 1939, o controle e a censura à imprensa no Estado Novo. Dentre os fatos que assinalaram o fim da censura à imprensa na ditadura varguista destaca-se, ainda, a restituição, a 6 de dezembro de 1945, de *OESP* à família Mesquita, após cinco anos de intervenção federal.

Os cinco anos de intervenção federal sob a ditadura de Vargas jamais foram apagados da memória de *OESP*, nela figurando como uma temporada de restrição à liberdade e à autonomia do jornal. Tanto é verdade, que o *slogan* escolhido em 1975 para as celebrações de seu

com os indícios de sua apropriação, não apenas pelos “leitores comuns”, mas também por aqueles que, no ambiente político, tiveram participação decisiva na formulação das leis e dos atos do Executivo que tocaram as questões educacionais no período. Considera-se, entretanto, que os seguintes fatores possam ter pesado em favor da penetração das idéias educacionais publicadas pelo jornal: *OESP* manteve-se, ao longo de toda a primeira metade do século XX, na condição de primeiro ou segundo jornal diário mais lido no país; o leitor interessado encontrava em suas páginas, desde o Império, o assunto educacional em grande destaque; *OESP* mantinha a reconhecida tradição de organizar campanhas e inquéritos educacionais; o seu quadro de colaboradores contara sempre com intelectuais de prestígio. Sua legitimidade como porta-voz do discurso dos especialistas em educação torna-se patente em fins da década de 1950, quando o jornal passou a publicar não só a maior parte dos artigos, mas também as declarações de princípios e manifestos dos educadores paulistas em combate aos substitutivos de Carlos Lacerda ao Projeto de LDB e em favor da escola pública.

centenário foi “cem anos de fundação e noventa e cinco de vida independente” (*OESP*, 1/1/1975). O que os narradores da memória de *OESP* não contam, porém, é a vantagem que resultou da intervenção federal: a boa saúde econômica da empresa. Sodré (1983, p. 382), Abramo (1986, p. 28) e Andrade (apud Abreu, Lattman-Weltman & Rocha, 2003, p. 36) insinuam que a empresa teria saído economicamente fortalecida da intervenção, uma vez que sabidamente o DIP distribuía verbas aos jornais e emissoras por ele dirigidas.

Com dinheiro em caixa, Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita investiram a partir de 1947 em um projeto que compreendia a aquisição de novas rotativas e de material gráfico e o envio de estagiários para o exterior, nomeadamente aos Estados Unidos (Bahia, 1990, p. 310). O objetivo era reorganizar a empresa sob molde dos modernos complexos jornalísticos norte-americanos, uma vez que os sinais de decadência de *OESP* já se faziam sentir. De acordo com Abramo (1986, p. 29), que nele ingressou em 1948, o jornal vivia um “período de decadência jornalística, não por falta de imaginação, mas porque os quadros haviam envelhecido. O dr. Julinho já era um homem de certa idade, os meninos eram muito jovens – e naquele tempo os jovens não davam muito palpite”.

Os editoriais eram chefiados por Mesquita Filho e a redação era conduzida por Sérgio Milliet, homens que, nascidos no século XIX, mantinham intactas a “ênfase à política” e a importância conferida aos editoriais e “artigos de fundo”. Quanto ao aspecto sisudo de seu “espelho” e ao rigor de sua escrita, estes começaram a mudar lentamente, após Giannino Carta trazer dos Estados Unidos a inspiração gráfica do *Louisville Courier Journal* (Mino Carta apud Abreu, Lattman-Weltman & Rocha, 2003, p. 205) e até que se consolidasse a reforma iniciada em 1952. As modernas máquinas instaladas no prédio da rua Major Quedinho passaram a rodar um jornal remoçado sob a batuta de Cláudio Abramo, secretário de redação, quando *OESP* passou a contar com diagramadores, a adotar uma logística mais racional para a realização de coberturas e reportagens, a usar uma linguagem mais clara e precisa, progressivamente isenta do purismo e preciosismo que eram a sua marca registrada (Abramo, 1986, pp. 29-31; Ribeiro, 1998, p. 55).

Com o movimento de renovação, essa empresa de fins lucrativos reagia em grande parte à concorrência dos jornais inovadores na apresentação gráfica e na cobertura jornalística, assim como à ameaça do rádio, que, com programas como o *Repórter Esso*, abalava a predominância do jornal como fonte de informação cotidiana (Abreu, Lattman-Weltman & Rocha, 2003, p. 69; Ribeiro, 1998). Havia ainda as revistas ilustradas, que desde a década de 1930 vinham encantando a classe média com variedades, ilustrações e linguagem simples, e a televisão, cujos telejornais diários começavam a ganhar espaço e angariar atenções. Estimuladas pela necessidade de competir com outros veículos de comunicação de massa e apoiadas na evolução tecnológica dos processos gráficos, empresas jornalísticas como *OESP* completaram o círculo virtuoso da modernização com a alteração da base de sua receita, antes apoiada nos anúncios classificados, que a partir de 1950 passou a ser escorada na publicidade das agências em até cerca de 80% de seu montante (Bahia, 1990, p. 228). De acordo com Abreu (1996, p. 17), o “aporte de novos recursos permitiu também a modernização gráfica da empresa jornalística” ao final dessa mesma década, refletindo-se em transformações formais e de conteúdo nos periódicos.

Com relação à apresentação das matérias, por exemplo, da evolução da boneca tipográfica feita na oficina pelo paginador para o traço calculado do diagramador na redação, resultava um jornal menos “poluído” e mais atraente do que nos tempos em que coexistiam na primeira página mais de quatro dezenas de títulos misturados (Ribeiro, 1998, pp. 27-28). Modificações também houve na linguagem do jornalismo impresso, que se deram um pouco mais tarde, aparentemente em sincronia com o tempo necessário para que os estagiários enviados ao exterior pudessem aprender e trazer ao Brasil as maneiras do jornalismo “informativo utilitário”, caracterizado pelo uso do *lead*⁵ e pela busca da clareza, concisão e naturalidade de expressões. Tal mudança de estilo, iniciada

5. *Lead*, no jargão jornalístico, designa o parágrafo inicial da matéria escrita, no qual o jornalista anuncia os elementos básicos da notícia: que, quem, onde, como e por quê, a fim de orientar o leitor.

nos jornais do Rio de Janeiro em meados dos anos de 1950, foi sendo aos poucos imitada e adotada por outros jornais, até disseminar-se como um padrão que veio marcar a imprensa escrita brasileira por mais de duas décadas (Breguez, 2000; Seabra, 2002).

Na transição da imprensa escrita brasileira para um novo estilo, em que a informação correta e concisa se tornou a pedra de toque e em que a notícia prevalecia sobre a opinião, os jornais delimitam os espaços reservados a cada um de seus componentes, sempre com a ajuda preciosa dos diagramadores. Assim, aparecem com destaque as reportagens, textos que davam ao leitor a idéia de que o repórter estivera presente ao local do acontecido, que falara com as pessoas e, por isso, relatava fielmente as informações (Ribeiro, 1998, p. 58). As reportagens combinavam-se, pela mão do diagramador, com fotos testemunhais, em composições que podiam prescindir da palavra escrita, como na televisão.

No mesmo movimento, os jornais diários de grande circulação instituíam os suplementos literários, concentrando em um caderno editado apenas nos finais de semana os temas da alta cultura, os intelectuais que deles se ocupavam e, é claro, a sua linguagem característica (Abreu, 1996)⁶. Convergindo para o processo de dar privilégio à notícia e de confinar a literatura, a nova configuração dos jornais tornava os “editoriais” e as “notas” ou “colunas” refúgios da opinião e do tratamento aprofundado e “literário” dos temas do momento. Nesses espaços sobrevive um tipo mais aparentado ao antigo “jornalista intelectual”, que, em razão das mudanças na organização do trabalho experimentadas nas empresas de comunicação de massa, se distancia do jornalista típico de meados do século XX, este sim, empurrado para a proletarização.

A seção “Notas e Informações”, espaço opinativo diário e de destaque na terceira página de *OESP*⁷, pela qual haviam passado intelectuais

6. *OESP* lançou o seu suplemento literário em 1953.

7. Por serem lidas antes da página par e antes da parte inferior da página, tanto a parte superior como as páginas ímpares são espaços considerados “nobres”, tanto por jornalistas como por anunciantes. De acordo com Travancas (1993, p. 30), não só o prestígio do jornalista que tem o seu texto publicado nesses espaços aumenta, mas também os anúncios neles dispostos têm preço superior aos demais.

de renome, atravessou incólume todo o período de reforma do jornal, permanecendo em seu espaço original e mantendo teor e linguagem usuais. A crença dos Mesquita de que o jornal deveria “influenciar o pensamento das pessoas, [...] fazer com que os leitores [tivessem] argumentos para continuar pensando de determinada forma ou para mudar de idéia, depois de lerem certos textos” (Augusto Nunes apud Abreu, Lattman-Weltman & Rocha, 2003, p. 335), não permitiu que mudanças radicais atingissem os editoriais. Abramo (1986, p. 35) comentou mais tarde que, “de 1956 a 1961 o Estado se tornou, talvez, um dos jornais mais bem-feitos do mundo, embora os editoriais fossem medievais...”. Ainda que as modificações empreendidas ao longo dos anos de 1950 tivessem tornado o diário mais informativo, as colunas da seção “Notas e Informações”, que estamparam os escritos de Ramos de Carvalho ora analisados, preservaram, em sua linguagem e conteúdo, a tradição opinativa que distinguia *OESP* aos olhos do público⁸.

A renovação dos quadros

Tendo sido reconduzido à direção do jornal, que ocupara desde o falecimento de Júlio de Mesquita, em 1927, Júlio de Mesquita Filho procurou renová-lo, a fim de tornar economicamente viável o principal produto de uma empresa que se pretendia rentável. Isso implicava, diante das condições da concorrência e de acordo com as tendências pressentidas, alterações na linguagem utilizada, no formato e, portanto, no processo de produção do jornal.

Quanto aos aspectos político e ideológico, porém, é provável que uma outra mudança tenha sido considerada necessária para que *OESP*

8. Já em fins dos anos de 1980, o jornalista Augusto Nunes, então diretor de *OESP*, ouviu de Mauro Salles a seguinte instrução: “‘O *Estadão* é conhecido pela opinião, você tem que dar destaque a isso’. Na primeira reforma que fiz, três meses depois de chegar, passei a chamar o editorial na capa. Foi o primeiro jornal que fez isso, ninguém fazia. O dr. Júlio ficou feliz” (apud Abreu, Lattman Weltman & Rocha, 2003, pp. 309-310).

pudesse manter a sua condição de legítimo portador de um discurso coerente e potente na fiscalização do poder público e na formação da “opinião pública esclarecida”. Urgia a renovação do quadro de redatores e colaboradores regulares do jornal, de modo que não fosse arranhada a cultivada tradição liberal, mas que as antigas posições fossem atualizadas e até mesmo revistas, a fim de que o periódico pudesse enfrentar, com a proverbial galhardia, o novo momento político que então se inaugurava.

O indício mais forte de que Mesquita Filho visava à atualização do jornal por meio da renovação de quadros é o fato de a empresa, imediatamente, ter contratado intelectuais recém-formados pela USP. Em 1946, foram incorporados ao quadro de colaboradores três ex-alunos da FFCL: Decio de Almeida Prado, que passou a escrever críticas de teatro, Lourival Gomes Machado, incumbido de comentar política internacional, e Laerte Ramos de Carvalho, encarregado dos assuntos educacionais. Decisão apropriada, posto que fazia chegar às páginas de *OESP* os bacharéis da FFCL, que ao longo de duas décadas de funcionamento da USP formaram-se no programa de excelência projetado pelo próprio Mesquita Filho, juntamente com Fernando de Azevedo e Paulo Duarte, e conduzido pelos mestres estrangeiros. Eles viriam dar continuidade à longa tradição de *OESP*, de ser um jornal de intelectuais (Cardoso, 1982, p. 47), inaugurando, porém, uma “fase acadêmica”. Assim, se até os anos de 1930, na ausência de uma “verdadeira” universidade, o jornal se incumbira da tarefa de divulgar a cultura superior e lutar contra o “indiferentismo cultural” da pátria, a partir de meados dos anos de 1940 a universidade engendrada já o municiava para tanto. Mesquita Filho alimentava o periódico com os frutos recém-amadurecidos de sua própria intervenção no mundo acadêmico paulista e brasileiro, ao incorporar as perspectivas das “ciências desinteressadas” lá cultivadas, a fim de que o jornal interpretasse adequadamente (no duplo sentido de “correto” e de condizente com a linha ideológica adotada) os novos tempos anunciados pela volta da democracia.

Da parte dos jovens intelectuais, é certo que a remuneração não era o fator mais atraente para a carreira jornalística, posto que nela os salários eram baixos, mesmo se comparados aos dos professores secundári-

os (Ribeiro, 1998, pp. 31-41)⁹. Talvez tenha movido os bacharéis a galgar postos na redação de *OESP* a oportunidade de ocupar uma tribuna pública bem mais visível do que a universidade e de integrar um seleto grupo de formadores da “opinião pública”, exatamente no momento em que as empresas jornalísticas sustentadas por altos capitais eliminavam os pequenos jornais artesanais e semi-artesanais, promovendo o estreitamento dos canais de expressão popular e aumentando a desproporção entre produtores e consumidores de informação e opinião. Esse fenômeno exigia dos interessados em opinar nas tribunas públicas que se deslocassem para as redes formadas em torno das empresas de comunicação de massa.

A convergência da auto-imagem do intelectual moderno, “consciente” e “eloqüente” (Foucault, 2001, pp. 70-71), com a da própria imprensa, pauta, certamente, o engajamento do primeiro na luta propalada pela segunda. A imprensa, a quem a sociedade teria outorgado o direito e o dever de fiscalizar o poder público, a fim de evitar os abusos e desvios autoritários do Estado e garantir a própria democracia ao dar visibilidade à coisa pública (Silva, 2002, p. 48; Novelli, 2002, pp. 186-188), torna-se, pois, a sua cadeira cativa. O papel de “quarto poder” e a função de “cão de guarda”, alicerces do paradigma liberal da imprensa, adquirem nova configuração em *OESP* desde meados dos anos de 1940, com a realimentação acadêmica do antigo “jornal de intelectuais” pelos bacharéis da FFCL da USP.

9. De acordo com Sodré (1983, pp. 417-420), o ano de 1944 marca o início de um longo processo de deterioração dos salários da categoria. Se, em 1944, um redator recebia mensalmente o equivalente a cinco salários mínimos, em 1957 passou a receber apenas 2,6 salários mínimos. De acordo com Sandroni (apud Travancas, 1993, p. 75), “todo jornalista tinha emprego público, isso porque era uma tradição o jornal pagar mal. O jornal não passava de um trampolim para o indivíduo se tornar político, funcionário público ou escritor”. O primeiro plano de cargos, salários e funções no âmbito da imprensa brasileira, “com o qual os jornalistas passavam a ganhar um salário com o qual podiam viver sem ter emprego público”, teria sido organizado e posto em prática por Jânio de Freitas em meados dos anos de 1950, como um dos itens da reforma do *Jornal do Brasil* (idem, p. 63).

Laerte Ramos de Carvalho e a retomada do discurso educacional

Em 1946, em obediência ao dispositivo que atribuía à União a “competência de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional”, a nova Constituição projetara a elaboração da LDB. Em abril de 1947, uma comissão dava início aos trabalhos para, em 1948, produzir o anteprojeto que, enviado pelo presidente da República ao Congresso Nacional em outubro de 1948, desencadearia uma intensa movimentação entre intelectuais e políticos ligados aos assuntos da educação, entre os quais, os homens e mulheres ligados a *OESP*. Tratava-se de momento decisivo para o futuro da educação brasileira, diante do qual os educadores liberais paulistas, legatários de 1932, deveriam manter-se alertas e agregados em torno de suas posições.

É muito provável que Mesquita Filho assim o tenha entendido e, por isso, decidido depositar em mãos de Ramos de Carvalho a incumbência de avivar (e atualizar) os históricos ideais educacionais do jornal, fazendo das colunas da página três um espaço para a defesa dos “interesses paulistas”. Como afirmou mais tarde Mascaro (1975, p. 4), ao convite feito por Júlio de Mesquita Filho

[...] se associava grande dose de deferência e confiança, tendo em vista a juventude do convidado e o fato de que, sobre Educação, pontificavam no jornal os grandes mestres Fernando de Azevedo e Almeida Jr., companheiros maiores de Júlio na campanha pela criação da Universidade e signatários como ele do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932.

A razão da “grande dose de deferência e confiança” embutida no convite e na investidura é compreensível, considerando que era grande a identidade de idéias entre Mesquita Filho e Ramos de Carvalho, cujas relações pessoais viriam a ser tão intensas como duradouras. Essa longa relação teve seu início nos primeiros anos de bacharelado de Ramos de Carvalho, que ingressara na FFCL em 1940. Esse fato, segundo rememorou mais tarde em “O Brasil, a cultura e a universidade”, artigo

escrito a propósito do falecimento de Mesquita Filho, veio a ser dos mais significativos em sua vida:

Quando ainda aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, li pela primeira vez o discurso que, como paraninfo da primeira turma que então se formava, Júlio de Mesquita Filho proferiu – lembro-me perfeitamente bem – o sentimento de uma inesperada revelação subjugou o meu entendimento e eu percebi claramente que a inadvertida opção que eu fizera ao ingressar naquela escola se transformara numa das mais profundas e existenciais decisões da minha vida. Descobri, então, que o significado eminentemente político da opção que fizera e que a carreira que escolhera transcendia as limitadas esferas de um possível exercício profissional para transformar-se numa missão mais elevada, a de promover, conjuntamente com meus colegas de outros cursos [...] o início da revolução espiritual brasileira, base e pressuposto fundamental da revolução nacional pela educação [Carvalho, 1969, p. 5].

A primeira intenção “profissional” do ingressante foi subvertida pelo elevado desígnio enunciado por Mesquita Filho naquele discurso, em que retoma o argumento desenvolvido em *A crise nacional* (1925), de que a ausência de uma elite intelectual capaz de compreender os problemas nacionais e de dar-lhes solução adequada era um fator determinante do caos político nacional. Sendo assim, a criação de uma “verdadeira universidade” em São Paulo representaria o início de uma revolução cultural e política no país, pois a seus egressos caberia a missão de reformular o problema brasileiro e colocar a nação nos trilhos do progresso e da democracia.

A FFCL, no conjunto da universidade, teria a si reservado o papel de promover e divulgar a cultura livre e desinteressada, formando a elite de homens capazes de ver a sociedade sob o prisma do “interesse geral”. Nas palavras do paraninfo, tais haviam sido as finalidades para ela projetadas pelos mentores da universidade:

A vossa escola surgiria, assim, como o molde indispensável onde se fundiriam os futuros modeladores da juventude nacional. Nela se formariam os espíritos em condições de criar e praticar uma doutrina educativa que tivesse

em vista, acima de tudo, como queria um grande espírito francês, assegurar a seleção de capacidades, alevantar, no verdadeiro sentido da palavra, todos os espíritos, só pensar naquilo que moraliza, que não traz o lucro imediato, que leva o olhar a fixar-se alto e longe [Universidade de São Paulo, 1937, p. 204].

Segundo o paraninfo, os fundadores pretendiam que esse foco de cultura desinteressada irradiasse para todo o país uma concepção nova, a combater a “velha e desagregadora idéia do saber pelo saber”, substituindo-a pela idéia do “saber posto ao serviço da coletividade”, e a dotar o país de um “cérebro poderoso e coordenador que, a coberto da transitoriedade dos governos, pudesse gerar o sentimento, a vontade, a organização e a disciplina intelectual a que os povos verdadeiramente fortes devem as suas melhores vitórias” (idem, pp. 204-205). Mesquita Filho, dirigindo-se aos formandos, sentenciava:

Nessa obra de profunda remodelação caberá, pois, tanto a vós como à vossa Faculdade, papel preponderante. Da vossa dedicação às disciplinas puramente especulativas, do vosso exemplo de sacrifício pelo bem público, há de com certeza originar-se um movimento de sadia transformação dos hábitos e métodos dos demais institutos universitários. Fostes os primeiros a vos dedicar, de um lado, à especialização para a prática do magistério secundário, de outro, à cultura pela cultura. Essas circunstâncias, a que deveis a vossa qualidade de elite dentro dos próprios domínios da nossa Universidade, vos conferem as necessárias credenciais para imprimir à totalidade dos institutos que constituem o organismo universitário a mesma fé criadora que vos anima e vos distingue [idem, p. 205].

Para Mesquita Filho, referindo-se àqueles turbulentos anos de 1930, os “espíritos tacanhos” de nossos homens de cultura, “simuladores” desprovidos de originalidade e de poder de penetração na realidade do país, haviam trazido para o Brasil “a contrafação das lutas em que na Europa se empenham, de um lado, os partidários do fascismo e, de outro lado, sectários do comunismo” (idem, *ibidem*). Caberia à nova geração compreender, através das lentes rigorosas da ciência, o país, suas necessidades, suas potências, e então formular as políticas apropriadas,

porque autóctones, para a solução de seus males e para a promoção de seu progresso dentro da ordem.

Ramos de Carvalho, que na juventude havia engrossado as fileiras integralistas (Bontempi Jr., 2002), certamente tomou a mensagem de Mesquita Filho como um conselho. Na cerimônia de formatura, na condição de orador da turma de 1942, o novo bacharel já se mostrava “convertido” ao credo do mentor da USP, reiterando a seu modo o que disse o paraninfo da primeira turma: à universidade cabia a função de lavar a “carta de maioridade” para a inteligência nacional, para que esta pudesse, enfim, “deixar de esperar pelo último figurino” e produzir um pensamento coerente com a realidade do país:

Até hoje temos lamentado a falta de uma inteligência nacional para a compreensão dos problemas nacionais. Sempre que nos deparamos com um problema, soubemos encontrar fórmulas estranhas que, pela sedução do seu conteúdo ideológico, fizeram calar descontentes e exaltados. Nunca pensamos por conta própria. Sempre, ou por preguiça ou por pedantismo, sempre encontramos uma autoridade cheia de luzes para nos iluminar. Não, a nossa vida intelectual deve estar ligada à terra, ao homem, ao nosso homem, e aos seus problemas. Se esses problemas são tipicamente nossos, ou se serão um dia, então toda a tentativa de olhar para esses problemas com óculos importados fracassará¹⁰.

A pregação de idéias como essas não cessou, porém, com o fim de sua temporada de estudante universitário. Tendo concluído o bacharelado (1942) e a licenciatura (1943), Ramos de Carvalho passou a ser assistente de João Cruz Costa na cadeira de Filosofia da FFCL, e, nas aulas em que eram discutidos assuntos relacionados à função da universidade nos planos político e cultural do país, as suas idéias seguiam linha idêntica à do jornal. Assim entenderam os filhos de Mesquita Filho, Ruy e Júlio Neto, seus alunos nos anos de 1944 e 1945, que comu-

10. “Discurso de formatura” (datilografado), arquivo pessoal.

nicaram o fato a seu pai, que de pronto teve a sua atenção atraída para o jovem professor (Mascaro, 1975).

A identidade de idéias sempre uniu Ramos de Carvalho e Mesquita Filho, tendo sido alimentada ao longo de suas vidas por sentimentos que extravasaram a convergência intelectual. De acordo com Mascaro, pouco mais tarde se estreitaram as relações do professor com a família Mesquita, pelo fato de ter sido ele “solicitado a desempenhar, sem qualquer caráter formal, as funções de orientador dos estudos do caçula da família – o Carlão, que então realizava o seu curso ginásial” (idem). Roque Spencer Maciel de Barros, outro amigo comum, interpretou desta forma a intensa relação entre os dois:

[...] o dr. Júlio Mesquita teve uma influência muito grande tanto sobre mim quanto sobre o Laerte. Eu acho que comigo teve uma influência mais jornalística [...] Mas com o Laerte ele teve influência intelectual e até afetiva. Não sei se porque o Laerte perdeu o pai muito cedo, eu tenho a impressão que ele via o Júlio um pouco do pai. Então, a ligação afetiva era muito grande, e como o dr. Júlio tinha criado a Faculdade de Filosofia, o Laerte nunca se afastou dessa concepção [apud Piletti, 1991].

Ramos de Carvalho indica, no discurso de posse como reitor da Universidade de Brasília (1965), que o peso de sua crença nas idéias defendidas pelo diretor do jornal teria mesmo sido decisivo em sua opção por aceitar o convite de Mesquita Filho para seguir carreira jornalística naquela empresa:

Júlio de Mesquita Filho foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo. E foi ele que, com um grupo de intelectuais e educadores de escol, ao criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, deu uma solução nova, orgânica, estruturada, para o problema universitário brasileiro. Foram os ideais dos fundadores da Universidade de São Paulo, e particularmente de Júlio de Mesquita Filho, que atraíram o jovem professor de filosofia para o campo do jornalismo educacional [...] *O que me levou à redação de “O Estado de S. Paulo” era esta idéia singular*, a idéia de uma universidade estruturada de forma que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pudesse ser efetiva-

mente a escola em que se reunissem todos os cursos básicos da Universidade [OESP, 9/9/1965, grifos meus].

Desde o ponto de partida, e tal como Mesquita Filho, Ramos de Carvalho concebia associadamente liberalismo e educação, academia e imprensa, ciência e ideal, OESP e USP. Seu ingresso na redação do jornal não foi apenas o aproveitamento de uma oportunidade profissional, muito embora, do ponto de vista das ambições de carreira de um intelectual, publicar artigos na grande imprensa fosse um meio de adquirir notoriedade e legitimidade. Ramos de Carvalho escolheu OESP “porque sabia que a defesa dos ideais perenes do liberalismo nele encontrava um dos mais incontestáveis de seus redutos” (idem), e por isso, como afirmou mais tarde, não hesitou em alterar os rumos de sua carreira profissional:

Lembro-me perfeitamente que um dia, numa das salas do velho casarão da rua Boa Vista, no instante em que aguardava uma entrevista com o dr. Júlio de Mesquita Filho, ao observar atentamente os retratos de algumas figuras que tanto se assinalaram no mundo das letras, da ciência e da política do nosso País, senti que aquela entrevista poderia marcar o início de *um desdobramento harmonioso de minhas atividades profissionais*. Agora avalio muito bem, pois se passaram vinte anos e os fatos vividos no seu transcurso adquiriram significações imprevistas: *esta entrevista alterou profundamente os rumos de minha vida intelectual* [idem, grifos meus].

Essa alteração dos rumos desdobrou-se, em termos de trajetória acadêmica, na migração de Ramos de Carvalho da cadeira de filosofia para a de história e filosofia da educação¹¹. Em 1948, dois anos depois de ter publicado os primeiros artigos assinados em OESP, deslocou-se para o cargo de assistente da cadeira de história e filosofia da educação,

11. Quando foi criada, no Instituto de Educação (IE), em 1933, a cadeira chamava-se “filosofia e história da educação”. A mudança de nome para história e filosofia da educação deu-se em 1942 (Universidade de São Paulo, 1953b, p. 465).

ocupando o lugar de José Querino Ribeiro, que por sua vez migrara para a de administração escolar e educação comparada. Começava aí o percurso de Ramos de Carvalho em direção à cátedra, conquistada por concurso público em 1955, em substituição a Roldão Lopes de Barros, antigo *lente* do IE, falecido em 1951 (Bontempi Jr., 2001).

Considerando que o interesse de Ramos de Carvalho por assuntos educacionais ainda não se havia manifestado em trabalhos acadêmicos (*idem*) e que a Seção de Pedagogia desfrutava de um prestígio incontavelmente menor do que a de Filosofia na hierarquia informal da FFCL (Castro, 1992), a referida mudança pode ser compreendida como o efeito da conjugação de três fatores: o entendimento de que a ascensão dos jovens de esquerda representava uma ameaça à sua carreira acadêmica no “departamento” de filosofia, posto ser ele o herdeiro de Cruz Costa na linha de estudos de história do pensamento brasileiro (Giannotti, 1974); a oportunidade de ascender rapidamente ao posto de catedrático¹² de história e filosofia da educação, quando era eminente o afastamento de Roldão Lopes de Barros; e a necessidade de imergir com “profundidade acadêmica” nos assuntos da educação.

Quanto a este último fator, tudo indica que a cadeira de história e filosofia da educação foi mesmo o lugar mais adequado para o exercício conjugado das duas carreiras, haja vista o fato de nela terem-se concentrado, ao longo de todo o período de regência de Ramos de Carvalho, os esforços investigativos de uma geração de pesquisadores em história da educação brasileira, que com seus resultados municiam os arrazoados do colunista quando os assuntos remetiam ao passado educacional do país (Bontempi Jr., 2003).

12. Em termos de política universitária, ser professor catedrático significava ter assento cativo na congregação. Além dos catedráticos contratados e interinos, faziam parte desse órgão um representante dos livres-docentes e, de 1950 em diante, um representante dos assistentes (Universidade de São Paulo, 1952, p. 85). A congregação foi regulamentada pelo decreto n. 12.038, de 1 de julho de 1941, tendo sua primeira reunião sido realizada no dia 7 de agosto de 1941 e presidida por Fernando de Azevedo (Universidade de São Paulo, 1953c, p. 413).

O ensino secundário por Laerte Ramos de Carvalho

Expressa no celebrado discurso de paraninfo de Mesquita Filho, a tese da necessidade de educar as elites era compartilhada por vários intelectuais ligados ao chamado “grupo d’*O Estado*”, notadamente por Fernando de Azevedo. Ancorava-se na premissa de que a extensão cultural seria o meio mais eficaz de aproximar as massas das fontes de transmissão da cultura e elevar-lhes o nível de conhecimentos, com o que se suprimiria o hiato existente entre os criadores da cultura e o povo. Lograda a instrução das massas e das elites seria possível a democracia, uma vez que a legitimação da superioridade técnica e política da elite dirigente, formada pelos cidadãos mais capazes dentre todos os estratos sociais, sustentar-se-ia no sufrágio de uma população instruída.

Aos olhos de *OESP*, tendo sido realizada a criação da USP (1934), à arquitetura ideal do sistema de ensino brasileiro ainda ficava faltando uma peça-chave de articulação: um ensino secundário capaz de preparar os jovens para a formação alta e desinteressada a ser ministrada na FFCL, que, por sua vez, faria deles pesquisadores e cientistas de sólida formação e, fechando o círculo virtuoso, competentes professores para o ensino secundário. Em 1957, na segunda edição de *A educação na encruzilhada*, livro que estampa o inquérito promovido por *OESP* em 1926, Fernando de Azevedo concluía que em prol do ensino secundário ainda havia muito a fazer: em razão da falta de planejamento da educação, ao divórcio verificado entre fins e meios, ao triunfo da burocracia no ensino, à rigidez e artificialidade dos currículos e planos de ensino, ao empirismo no trato com os problemas educacionais, à “legislação draconiana” e aos demais ranços do sistema escolar brasileiro, a sua situação precária, verificada em 1926, atravessara as duas décadas seguintes e ainda se mostrava resistente em 1957 (1960).

Quando, em meados da década de 1940, Ramos de Carvalho foi convidado a colaborar com o jornal em artigos sobre educação, a situação do ensino secundário já era apontada como crítica, e temia-se que viesse a ficar inteiramente fora de controle, tal havia sido o crescimento, que não cessava, das matrículas e dos estabelecimentos de ensino secundário no Brasil e, muito particularmente, em São Paulo.

Em relatório apresentado ao Conselho Nacional de Educação em 1950, Lourenço Filho alertava para o fato de ter havido entre 1932 e 1946 um aumento de matrículas no ensino secundário quase três vezes maior do que o revelado para todo o conjunto do sistema escolar brasileiro¹³. Dentre os ramos do ensino médio, de acordo com os dados oficiais, o mais procurado vinha sendo justamente aquele que dava acesso ao ensino superior, significando que a maioria dos egressos do ensino elementar não se mostrava interessada em cursar o ensino de tipo técnico-profissional¹⁴. Ainda de acordo com o relatório, no ano de 1945 a matrícula no ramo secundário no estado de São Paulo havia chegado à cifra de 96 alunos para cada 10 mil habitantes (Lourenço Filho, 1950, pp. 81-82)¹⁵.

-
13. Encontrava-se em vigência o conjunto de decretos promulgados entre janeiro de 1942 e dezembro de 1943 (e também as Leis Orgânicas do Ensino Primário, do ensino normal e do ensino agrícola, assinadas em 1946), conhecido como “Reforma Capanema”. Tais decretos estabeleciam objetivos, currículos e organização geral para os ensinos industrial, secundário e comercial, separadamente e especificamente tratados. Quanto à organização do ensino secundário, destinado à formação da personalidade do adolescente e à preparação das individualidades condutoras, a reforma consagrou a divisão entre o ginásio (ciclo de quatro anos) e o colégio (ciclo de três anos), com a obrigatoriedade do “exame de licença” para todos os alunos ao fim de cada ciclo, a fim de garantir o padrão nacional de todos os aprovados.
 14. De acordo com Sposito (1984, p. 20), a preferência dos egressos pelo secundário pode ser entendida como um gesto de incorporação pelas classes populares de modelos presentes no projeto de vida das camadas mais favorecidas. Segundo a autora, “no quadro das escolhas possíveis, a escola secundária, caminho natural para a carreira de jovens de classes dominantes, acaba sendo desejada pelas famílias de jovens de outras classes sociais; os efeitos reais que a instrução secundária propiciava para certas parcelas da sociedade – o acesso a carreiras prestigiadas, o reconhecimento social, a boa remuneração – passam a ser reivindicados, cada vez mais nitidamente, por segmentos heterogêneos da coletividade”.
 15. Para outros índices dessa expansão, consultar Silva (1969, p.307 e ss.), para quem “nos vinte anos de vigência da Lei Orgânica, a matrícula do ano de sua promulgação [1942] se multiplicou por cinco, ultrapassando o milhão de alunos no primeiro ano de vigência da Lei de Diretrizes, e chegando a 1.553.000 alunos em 1965”. Para o caso de São Paulo, além de Sposito (1984), consulte-se Pereira (1969, p. 16), que informa que, até 1940, a rede de ginásios estaduais era formada de 37 estabelecimentos no interior e três na capital; em 1950, já havia 143 ginásios no interior e 12 na capital; em 1958, os números chegavam a 294 escolas no interior e 65 na capital.

Segundo Sposito (1984, p. 29), no caso de São Paulo, a razão da expansão encontra-se no fato de que a demanda pela criação de ginásios estaduais no interior do estado e nas regiões periféricas da capital mobilizava a população, que encontrava acolhida para o seu pleito de ampliação das vagas no executivo estadual, posto que este buscava consolidar suas bases eleitorais por meio de negociações com os municípios, em que os serviços públicos eram moeda de troca. Sob o beneplácito da política populista vigente, o processo de expansão da escolaridade elementar e obrigatória para o secundário teve, particularmente na capital, dois movimentos complementares, que possibilitaram à iniciativa oficial a ampliação de suas unidades e da oferta de matrículas: a introdução, desde 1947, do curso ginásial noturno, alojado nos mesmos edifícios em que funcionavam os grupos escolares, e a instalação de estabelecimentos na forma de seções, recurso de que lançou mão o governador Jânio Quadros nos anos de 1957 e 1958, que permitiu a abertura de novos ginásios na periferia da capital sem o cumprimento das exigências legais (Sposito, 1984, pp. 49-50, pp. 61-62)¹⁶.

O secundário era, pois, o assunto mais “candente” para *OESP*, na retomada de sua “vida independente. Tanto é verdade, que Ramos de Carvalho dele se ocupou já em seus primeiros artigos assinados, publicados no ano de 1946. Em “Do ensino particular” (1946a) e “Do professor secundário” (1946c), o professor reitera as seminais posições de Mesquita Filho e Azevedo, ao tomá-lo como ponto nevrálgico da organização da educação e da cultura, a que cabia formar a mentalidade média nacional e selecionar os elementos mais capazes para, nas instituições superiores, serem preparados para dirigir inteligentemente o país.

Ramos de Carvalho vai além dos predecessores, entretanto, ao acrescentar à argumentação tópicos a respeito do ensino secundário e do pro-

16. Após 1945, a criação de novas unidades estaduais de ensino passou a depender da promulgação de lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, atendendo a mensagens do Executivo ou a projetos de deputados. Como o Executivo estadual tinha pressa em atender às exigências da “clientela eleitoral”, passou a usar o seguinte artifício: por força de decreto, criava ginásios como “extensões” de outros colégios estaduais já existentes. Desse artifício resultou a triplicação do número de ginásios estaduais criados na capital (Pereira, 1969; Sposito, 1984).

fessor secundário então em voga na Faculdade de Filosofia: nos dois artigos mencionados, Ramos de Carvalho reproduz as idéias que André Dreyfus, catedrático de biologia geral, antes proferira em sessões solenes da FFCL¹⁷. Quanto ao diagnóstico da situação, em que os ginásios, mercê da convivência de governos corruptos e ignorantes, vinham servindo para enriquecer certos empreendedores particulares; e quanto à solução, para a qual sugere o endurecimento da fiscalização, o recrutamento exclusivo de licenciados da FFCL para os cargos de docência e a oferta de dignas condições de trabalho, as opiniões de Ramos de Carvalho coincidem integralmente com as de Dreyfus, provavelmente bem aceitas e divulgadas na comunidade acadêmica formada na FFCL, sem que, no entanto, isso seja dito nos artigos de um modo explícito.

O ensino secundário por *OESP*

No ano de 1947, trazendo consigo as idéias da comunidade da FFCL-USP, Ramos de Carvalho assumiu uma nova e importante incumbência em *OESP*: a de expressar as idéias educacionais do próprio jornal, redigindo “Notas e Informações”, coluna não assinada que trazia verdadeiros editoriais sobre educação¹⁸. Com a contratação de Ramos de Carvalho, antes colaborador, para esse fim, Mesquita Filho permitia que a FFCL, ou, ao menos, o agrupamento que nela pensava as questões de educação, pudesse reverberar as suas idéias para um público bem mais

17. Trata-se da aula inaugural de 1938 e do discurso de paraninfo aos formandos de 1942, entre os quais figurava Laerte Ramos de Carvalho, que nessa cerimônia discursou em nome dos alunos (Universidade de São Paulo, 1953a).

18. De acordo como Fonseca (apud *Jornal da PUC*, 2001, p. 7), “os editoriais expressam não apenas a linha editorial (em sentido estrito) como a ideológica dos periódicos. Servem para orientar os jornalistas e dialogar com os pólos de poder, conferindo homogeneidade ideológica ao periódico [...]. Representam, portanto, a voz do proprietário dos jornais, que começa nas manchetes e fotos e perpassa todo o jornal. Isto não exclui contradições e ambigüidades, o que é insuficiente para retirar o papel do editorial como síntese do pensamento ideológico e da linha ideológica impressa pelos donos dos jornais”.

amplo do que o estrito círculo dos intelectuais acadêmicos. A partir de então, esse agrupamento “pautou” o assunto educacional na mídia, o que se pode aferir pelo exame dos títulos das matérias publicadas no período, em que pouco se trata, por exemplo, do ensino primário, uma vez que os temas tidos como mais importantes naquele ambiente e naquele momento eram, haja vista os discursos das seções solenes, justamente o ensino secundário e a própria universidade.

Quanto ao ensino secundário, o crescimento da demanda e as vicissitudes que as iniciativas para o seu atendimento engendraram foram produzindo entre os educadores paulistas o consenso de que a situação do ensino secundário era a que lhes deveria inspirar maiores cuidados, uma vez que a sua expansão vinha sendo feita, não só nos interstícios da lei, como também ao arrepio dos “interesses gerais” de que *OESP* sempre se julgara porta-voz autorizado (Capelato & Prado, 1982). Com efeito, em “Notas e Informações” do período entre 1947 e 1957 reitera-se que o ensino secundário, “no sistema brasileiro, constitui sem dúvida o mais sério e mais grave de todos os problemas educacionais” (*OESP*, 6/3/1949).

O motivo do alarme é óbvio: o fato de ser esse ramo de ensino o ponto de chegada preferencial dos egressos da escolaridade elementar, e por isso mesmo, alvo da demagogia “multiplicadora” do Executivo, conspurcava a “arquitetura educacional” da Comunhão Paulista, na qual o ensino secundário figurava como lugar da formação do caráter nacional e da cultura média do país, gargalo do processo de filtragem dos indivíduos que integrariam a nata de condutores das massas, a ser formada nas universidades (Azevedo, 1960).

Estando, pois, ameaçado o caráter seletivo da escola secundária, as colunas da seção “Notas e Informações” tomam as colorações dominantes de denúncia e de advertência, mantendo o jornal uma postura sempre reativa e retrógrada com relação a sua expansão¹⁹. Fundamen-

19. A postura reativa de *OESP* à política de expansão dos ginásios em São Paulo foi objeto de análise de Sposito (1984, capítulo II), à qual o presente artigo pouco tem a acrescentar.

talmente, a opinião do jornal é a de que o ensino secundário não estaria em situação “tão lamentável” se os responsáveis pela administração do organismo escolar não tivessem se afastado deliberadamente das normas estabelecidas pelos fundadores da USP (*OESP*, 16/8/1947). Decorrem dessa posição as propostas de moralização e de contenção do avanço, bem como de reabilitação, como será visto adiante, de modelos de ginásio e colégio anteriores e opostos à concepção em vigor durante o Estado Novo.

OESP interpretou a expansão dos estabelecimentos oficiais de ensino secundário como um resultado direto do “relaxamento” dos antigos obstáculos ao seu crescimento (*OESP*, 4/1/1948), em movimento então propalado como de *democratização*²⁰. Para o jornal, o uso de tal denominação para a política de difusão do ensino padecia da mesma ignorância conceitual que a promovera:

Entende-se comumente por ensino democrático a possibilidade de tornar a escola acessível, em todos os seus graus, ao maior número de pessoas. Não cuida o governo de realizar a acessibilidade do ensino sem prejudicar os legítimos ideais educativos. Para os nossos técnicos e pedagogos tudo se resume na linguagem expressiva dos números. Chamam eles de democratização a um processo que só pode ter o nome de difusão do ensino [*OESP*, 13/4/1947].

Ao menos nesse momento, em que se encontravam latentes os “interesses privatistas” que emergiriam no debate sobre a LDB durante o segundo lustro da década de 1950²¹, a *OESP* incomodava menos o crescimento do número de estabelecimentos particulares de ensino secun-

20 .De acordo com Sposito (1984, p. 158), no governo Adhemar de Barros (1947-1950) foram criados na capital dois ginásios e instalados mais sete, dois dos quais haviam sido criados em 1945 como cursos noturnos abrigados em prédios de grupos escolares. Ainda de acordo com a autora (p. 108), “os deputados estaduais tiveram a possibilidade de criar durante o seu mandato, sem restrições, 99 ginásios estaduais e 45 escolas normais em todo o Estado de São Paulo”.

21. A respeito das etapas de discussão da LDB, ver Carvalho (1960).

dário do que a multiplicação “indiscriminada” dos ginásios oficiais, com o sacrifício da “qualidade” do ensino neles ministrado. Se, no ensino particular, o problema maior eram os “abusos e irregularidades” cometidos por inescrupulosos empresários, os quais poderiam ser coibidos mediante intensificação dos serviços de inspeção²², a queda da qualidade do ensino oficial do ramo secundário vinculava-se visceralmente a sua expansão, que criava um número de vagas para o quadro do magistério secundário que excedia a capacidade do estado de fornecer pessoal qualificado, leia-se, formado pelas faculdades de filosofia, ciências e letras “ou equivalentes”. O resultado era “o aproveitamento de pessoal sem nenhuma qualificação para os exercícios docentes” (*OESP*, 17/8/1947), ato daninho, haja vista que “o problema fundamental do ensino secundário, não nos cansamos de repeti-lo, é o da formação e recrutamento de nosso professorado” (*OESP*, 10/4/1948).

Por sua vez, as provas de suficiência criadas pelo decreto-lei n. 8.777/46 a fim de habilitar para a obtenção do registro de professor os candidatos ao magistério secundário que não possuísem o diploma de licenciado eram verdadeiros simulacros a conferir “aparência de legitimidade” às nomeações encetadas pelo Poder Executivo, que padecia de certa febre multiplicadora de caráter “politiqueiro”. De acordo com o

22. O estatuto que presidia à inspeção federal era a portaria n. 501, elaborada com base na Lei Orgânica do Ensino Secundário, que procurava legislar sobre “a admissão, ano escolar, matrícula, transferência, tempo de trabalhos escolares, aulas, livros didáticos, alunos, atribuição de notas critérios de aprovação e reprovação, provas parciais e finais, exames de 2ª época e de 2ª chamada, exames especiais, modelos e tipos de certificados e de fichas de transferência, inspeção, administração escolar, corpo docente, medidas disciplinares (em relação ao aluno), contribuições e emolumentos, condições materiais do estabelecimento, penalidades (em relação ao estabelecimento), e [...] disposições gerais e transitórias” (Pereira, 1969, p. 30). *OESP* defende que a excessiva centralização dos órgãos de inspeção do ensino tornava inviável a fiscalização eficiente dos estabelecimentos particulares, cujo número crescia, permitindo assim a existência de desvios quanto ao cumprimento de currículos, à contratação e ao pagamento de professores (*OESP*, 25/5/1947). Para efetivar uma melhor inspeção do sistema escolar, o jornal sugere a transferência do serviço de inspeção para o âmbito estadual, com o que melhor se cumpriria a vigilância do ensino particular (idem), além de insistir na necessidade de uma formação sólida para os inspetores de ensino (*OESP*, 9/2/1949).

jornal, os exames de suficiência eram apenas uma maneira pouco dispendiosa que o governo encontrara de habilitar professores, contornando assim a cara e demorada formação nas instituições superiores oficiais²³.

O jornal acreditava que todas essas iniciativas encontravam-se qualitativamente aquém da que antes fora dada pelos “pioneiros do ensino paulista”, pois a criação da FFCL, unidade incumbida de “cuidar da formação técnica do professorado” (*OESP*, 17/8/1947), havia sido “o passo mais sério” dado na direção de resolver a questão da formação e recrutamento do magistério secundário. A política desejável era, pois, retroceder ao tempo anterior a 1937, quando “São Paulo estava a caminho de possuir insuperável organização de ensino em todos os seus graus”:

Do mesmo modo que no caso da Universidade, o nosso ensino secundário constitui organização exemplar. Foi em nosso estado que se consagrou pela lei e pela prática a necessidade de uma qualificação universitária para o exercício de nossas cátedras, com a exigência da licenciatura na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. [...] É em função desse passado educacional que deve agir o nosso legislador [*OESP*, 21/8/1947].

A um Estado imbuído da tarefa de “realizar através da democracia uma verdadeira nação” (*OESP*, 6/6/1948) seria suficiente zelar pela preservação da qualidade desse centro de excelência, bem como “proteger o ensino contra as aventuras do autodidatismo e da improvisação cultural”, ao garantir que o direito legalmente adquirido pelos licenciados fosse respeitado (*OESP*, 27/9/1947). O jornal mostra-se incansável na defesa dos concursos públicos para o magistério: por serem as nomeações “poderosos instrumentos de penetração política”, os concursos atuariam sobre elas como “o único meio de evitar que o ser amigo de políticos ou ser parente do diretor do colégio ou do prefeito seja o único

23. Pela mesma razão, incomodaram o jornal as iniciativas de habilitação que o governo federal implantou mais tarde, com vistas a suprir a falta de docentes para o ensino secundário em expansão em vários estados brasileiros, tais como a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), instituída em 1953.

título a exigir daqueles que pretendem ingressar no magistério” (idem), garantindo assim que só os profissionais comprovadamente habilitados pudessem seguir carreira no ensino secundário e normal.

OESP mantém-se contra a multiplicação de ginásios, colégios e escolas normais durante todo o período analisado, defendendo que tais estabelecimentos só deveriam ser criados quando fosse possível provê-los de professores formados na FFCL (*OESP*, 24/7/1949). De uma mesma ordem de razões derivaria, já nos anos de 1950, a crítica à “multiplicação” ou “proliferação” das faculdades de filosofia no estado de São Paulo, porque essa política “demagógica” vinha trazendo o “abastardamento do título de licenciado”, em outras palavras, conspurcando a legitimidade dos diplomas conferidos pela USP²⁴.

Proposições: os modelos desejados para o ensino secundário

OESP não se limitou, entretanto, a reagir com denúncias, repreensões e recomendações diante do “derrame” de estabelecimentos de ensino secundário e superior. Além de repetir incansavelmente os princípios que regiam o seu entendimento do que deveria ser um sistema educacional orgânico e “verdadeiramente democrático”, o jornal não se furtou, ao longo do período, de indicar os elementos essenciais do ensi-

24. Quanto à “proliferação” dos institutos superiores no interior do estado, são significativos os editoriais de 18 de abril de 1953, 17 de julho de 1953, 7 de novembro de 1954, 14 de novembro de 1954, 2 de setembro de 1956 e 16 de setembro de 1956. Esse último expressa sinteticamente a posição do jornal diante do fenômeno: “O problema da criação de novas escolas superiores no nosso Estado constitui um desses assuntos que servem de exemplo para demonstrar a ausência de um plano educacional criteriosamente elaborado, pois está provado que não convém a criação de novos institutos superiores. As necessidades educacionais do País mostram que é preciso, em primeiro lugar, alfabetizar em larga escala, e depois criar obrigatoriamente em certas regiões uma categoria de ensino – não especializado – capaz de satisfazer as exigências mínimas das populações regionais que até agora não encontraram, dentro da rede educacional existente, as oportunidades de direito à escola elementar que a Constituição Federal lhes assegura” (*OESP*, 2/9/1949, p. 3).

no secundário ideal. Os modelos acalentados por *OESP* têm em comum serem iniciativas já experimentadas no passado educacional brasileiro: os liceus do século XIX e o Colégio Universitário anexo à universidade.

Quanto aos ginásios, o “caráter pragmático” de que teriam sido investidos os “ginásios novos” criados sob a ditadura os afastara, de acordo com o jornal, da orientação humanística que era própria aos liceus do século XIX, em troca da opção pela “escola para o trabalho nacional”. De acordo com *OESP*, a prejudicial reforma dos ginásios decorreu do erro de “nossos educadores” em “proclamar que o mal dos liceus era o programa de formação literária e retórica a que obedeciam”. Ainda de acordo com o jornal,

O bacharel passou a ser tema de nossa sociologia nascente e foi responsabilizado de tudo por sua cultura ornamental, distante do trabalho, do espírito de pesquisa e da realidade. Era preciso, portanto, criar o “ginásio novo”, expressão de nossas necessidades e de nossas atividades. Daí a natureza das matérias lecionadas em nossos estabelecimentos que fazem deles uma escola muito mais próxima dos institutos de ensino profissional do que dos velhos liceus [*OESP*, 4/1/1948].

Além disso, a nova configuração dos ginásios enfraquecia a sua antiga ligação com o ensino superior, o que conspurcava a sua finalidade e razão de ser (idem). A obra de “democratização do ensino”, iniciada na República, tendia a desligar o ensino secundário do superior, atando-o ao primário:

O ginásio preenchia [...] dupla função: ao mesmo tempo em que fornecia aos alunos os elementos de uma cultura geral e humanística, dava-lhes os rudimentos de uma formação propedêutica indispensável aos cursos universitários, enquanto a democratização da instituição, que se efetuou de modo progressivo na época republicana, transformou a escola secundária num simples *curso de continuação* do ensino primário, sacrificando, desta forma, um de seus principais objetivos, a saber: preparar os alunos para o ingresso nos estudos universitários [*OESP*, 12/8/1951].

A fim de suprir a lacuna deixada pela extinção do tipo de ensino ministrado pelo liceu imperial, no que tange à ligação do segundo ciclo do ensino secundário com o superior, o jornal defende a reabilitação do Colégio Universitário, “feliz experiência realizada nos primeiros anos da Universidade de São Paulo” e interrompida pelos decretos da Reforma Capanema, justamente no momento em que “começava a apresentar excelentes resultados”. Na opinião do jornal, se aquela reforma permitiu “a difusão do ensino propedêutico universitário” nos centros urbanos e no interior do país, ela também trouxe a “inevitável decadência dos padrões pedagógicos e o conseqüente sacrifício do nível e da eficiência da aprendizagem”:

O certo é que os atuais colégios, no que se refere às necessidades do ensino superior, deixam muito a desejar. A rigidez de seu currículo, com apenas dois tipos de organização curricular, quando as escolas superiores pela sua diversidade reclamam modalidades de ensino propedêutico mais próximas e ajustadas às suas necessidades, patenteou a ineficácia do ciclo colegial do curso que, ao lado de outros objetivos, deveria estar a serviço das universidades e dos institutos universitários isolados [*OESP*, 6/1/1955].

O Colégio Universitário atenderia melhor às exigências da universidade, porque trazia em seu currículo diversas seções com currículos próprios, de acordo com as necessidades de cada uma das escolas universitárias. Sua implantação traria como vantagens imediatas a possibilidade de reduzir o demasiadamente largo currículo da escola secundária e de promover modificações na natureza das disciplinas que a integram (*idem*):

Nestas condições o curso secundário reforçará o ensino das disciplinas que melhor possam favorecer os ideais de uma educação humanística, compreendida em função dos interesses espirituais do nosso tempo. No Colégio Universitário, o estudante encontrará um ensino de matérias básicas para os conhecimentos de nível superior ao mesmo tempo que estudará disciplinas de cultura geral com o objetivo de evitar os prejuízos de uma especialização precoce [*OESP*, 23/8/1953].

Nesse particular, o jornal dá a entender que seria desejável a restituição da organização do secundário assinalada na Reforma Francisco Campos, de 1931. Nessa, previa-se a duração do ensino secundário para sete anos (cinco anos de “curso fundamental” e dois de “curso complementar”), tendo o segundo ciclo o objetivo precípua de promover a adaptação dos candidatos aos cursos superiores em suas três diferentes seções, diretamente relacionadas às áreas em que se dividia o ensino superior. Com isso, de acordo com Chagas (1980, p. 48), “o plano de 1931 de tal modo vinculou os ‘cursos pré’, como eram comumente denominados naqueles dias, a determinadas carreiras de nível universitário, que acabou, de fato, por estruturar o ensino secundário com cinco anos e acrescer o superior de dois”.

A defesa que o jornal faz do Colégio Universitário, que fora experimentado pela universidade em fins dos anos de 1930, era coerente com a posição das faculdades de filosofia então existentes. Um mês antes de serem publicados os comentários reproduzidos anteriormente, o jornal dava notícia das propostas aprovadas no Congresso das faculdades de filosofia, realizado a propósito da iminência da LDB. Uma delas consistia na substituição da terceira série do segundo ciclo e na modificação deste para complementar o primeiro, eliminando assim o curso “científico”. Com isso se reconhecia, segundo o jornal, “a necessidade de o ensino secundário se transformar num núcleo pedagógico de trabalho com um único objetivo: a formação humanística”. Os “cursos pré”, desejava-se nas faculdades de filosofia, deveriam ser orientados para as técnicas, ciências e letras, na órbita do ensino superior e visando ao preparo para este (*OESP*, 19/7/1953), tal como ordenava a reforma de 1931.

De acordo com um contemporâneo de Ramos de Carvalho, Antonio Candido de Mello e Souza (nascido em 1918), que cursou entre 1937 e 1939 o Colégio Universitário anexo à USP, a opinião a respeito de sua qualidade – e dos benefícios de uma futura reabilitação – era a mesma. Para Candido (1999, p. 33), o curso complementar tinha a qualidade de “situar o estudante no ambiente universitário, como uma espécie de ensaio geral do curso superior”. Graças ao Colégio Universitário, prossegue, pôde melhorar a formação trazida do secundário e, ainda, abrir-se “para o universo da cultura superior” (p. 33). Em outro depoi-

mento, Candido lamenta a extinção do colégio – “ótima instituição, que não durou muito” – que lhe permitiu “sanar lacunas do secundário” (1998, pp. 586-587).

O jornal entendia que as lacunas do secundário – que foram verdadeiros empecilhos para os estudantes das primeiras turmas da FFCL, cujos professores nem mesmo lecionavam em português – poderiam ser corrigidas na “ante-sala” da universidade, desde que os estudantes passassem pelos estudos preparatórios ministrados no Colégio Universitário. Um melhor preparo dos ingressantes viria garantir que a formação oferecida pelas faculdades de filosofia fosse aproveitada ao máximo. Por esse motivo, defende o jornal que os colégios universitários ficassem subordinados à congregação e diretoria das faculdades de filosofia.

E as maiores razões que se podem invocar para justificar a medida são as seguintes: a) as faculdades de filosofia ministram em seis cursos as matérias básicas de todas as escolas universitárias; b) só as escolas de filosofia cuidam da formação de professores. [...] Este é o ideal: o colégio universitário [...] deve fazer parte das faculdades de filosofia. E que de seu curso se encarreguem as cadeiras das mesmas escolas. Isto será sem dúvida medida de grande alcance para a formação do *espírito universitário*, que é uma das maiores lacunas de nossas instituições educacionais [OESP, 31/7/1949, grifos do original].

A reabilitação do secundário como curso humanístico voltado para a cultura geral, e não para uma futura profissão, representava a possibilidade de realização de seu ideal, que não era a continuação do ensino primário, mas a preparação para o ensino superior, tal como se dava no século XIX e conforme registrava a história da educação. Tendo os seus currículos organizados de acordo com as necessidades do ensino superior “desinteressado”, o ginásio e o colégio não se ocupariam senão dos futuros produtores e transmissores da cultura, deixando aos demais ramos do ensino médio a tarefa de preparar os egressos do ensino primário para as profissões. Por último, mas não menos importante, o controle didático da universidade sobre o colégio traria a tão desejada articulação entre os graus de ensino, imaginada desde a fundação da universidade.

Considerações finais

No que concerne ao tratamento dos temas educacionais em “Notas e Informações” durante os anos de 1940 e de 1950, foi visto que a política educacional do Estado Novo se viu acerbamente criticada e responsabilizada por *OESP* por grande parte dos grandes males de que então padecia a educação brasileira. Quando o regime democrático instaurado em 1945 parecia seguir, no âmbito da educação, as tendências demagógicas e centralizadoras do período anterior, o jornal brandiu os discursos da autonomia federativa, da superioridade de São Paulo e da descentralização administrativa, assim como procurou “corrigir” o significado da expressão “democratização do ensino”, qualificando o fenômeno então observado como de “difusão”, imputando-lhe ainda a conotação negativa de ter sido engendrado pela “política adhemarista”, a que o jornal nutria a mais profunda aversão. O mesmo diagnóstico negativo acompanhava os comentários sobre as maneiras profissionalizantes e o sentido de prolongamento da escolaridade básica, que vinham caracterizando os “ginásios novos”, assim como a constatação da insuficiência dos colégios como preparatórios para o ensino superior “desinteressado”.

A idéia de levar a educação a todas as camadas da sociedade era considerada pelo jornal um imperativo da sobrevivência de uma nação democrática, afinal, só haveria democracia quando todos se tornassem conscientes de seus direitos e deveres civis e, portanto, aptos a escolher seus líderes entre os que possuíssem capacidades intelectuais e morais para bem conduzir o país na direção do progresso (*OESP*, 8/10/1950, 4/11/1951). Contudo, *OESP* considerava que uma escola que não correspondesse à filosofia política do Estado e que fosse “despojada” de suas “funções sociais, políticas e éticas”, atenderia apenas a interesses e éticas “particularistas”, transformando-se “numa agência antipolítica de deseducação das massas” (*OESP*, 13/6/1954). Em nome de uma “filosofia política do Estado”, que não era a vigente, mas a do grupo de intelectuais e políticos reunidos na órbita de *OESP*-FFCL, a “difusão” do ensino secundário não poderia ser um sinônimo de democracia, uma vez que só deveria ser expandida a escola que portasse os

“legítimos ideais educativos”, ou seja, a razão e a moral convenientes a um Estado liberal-democrático. De outra forma, as massas ora contempladas pelo poder público em suas demandas por acesso à escola poderiam tornar-se tiranas, oferecendo riscos à própria democracia.

Para *OESP*, o ensino secundário não fazia parte dos planos de democratização do ensino senão obliquamente, ou seja, ao formar uma elite consciente dos compromissos do Estado democrático, no que toca à condução de uma política educativa hábil para formar o cidadão de que necessita. A peça-chave da democratização, ou ainda, da extensão da escolaridade, continuava sendo a escola pública de nível primário e a subsequente ramificação profissionalizante – de acesso vedado ao nível superior.

A fração propositiva do discurso de *OESP*, para além da repetição dos velhos princípios e da crítica “udenista” ao clientelismo, consistiu em aconselhar ao legislador o retorno aos liceus do século XIX e à experiência do Colégio Universitário, encarecendo a reabilitação do caráter humanista do ensino secundário e, além disso, propugnando o controle do segundo ciclo propedêutico pela direção das faculdades de filosofia. Por esse modelo, o secundário deveria permanecer fiel a suas funções no arcabouço educacional da Comunhão Paulista: formar a cultura média nacional ou, na linguagem jornalística, a “opinião pública esclarecida”, selecionar e preparar para o ensino superior humanístico e desinteressado uma elite condutora sustentada por legítimo sufrágio.

A semelhança apontada entre as falas de Dreyfus, professor da Faculdade de Filosofia, e os artigos assinados de Ramos de Carvalho, bem como a manutenção da intensa interlocução da coluna “Notas e Informações” com aquela faculdade, reiteram os laços ideológicos existentes entre FFCL e *OESP*, tais como foram atados no projeto da “Universidade da Comunhão Paulista”. A partir de 1947, quando Ramos de Carvalho passou a ser redator dos editoriais e a ocupar simultaneamente posições importantes nos campos acadêmico e jornalístico, esse “complexo ideológico” amplificou o volume de seu discurso, de modo que atingisse uma sociedade de massas em constituição. Roque Spencer Maciel de Barros e João Eduardo Rodrigues Villalobos, igualmente filósofos de formação e conduzidos à condição de assistentes da cadeira de história e filosofia da educação por Ramos de Carvalho, seguiram na redação de

OESP idêntico trajeto, ao tornarem-se sucessores do catedrático na coluna “Notas e Informações”.

Ainda que a lei n. 4.024/61, solução política final do projeto que tramitou entre 1948 e 1961, tenha significado a derrota desse grupo para a coligação dos interesses empresariais e confessionais agregados em torno do substitutivo Lacerda, por parte do jornal não houve retraimento. Até o final da década de 1970, quando Villalobos publicou a sua última colaboração, o discurso educacional de *OESP*, guardadas as diferenças entre os redatores, persistiu irradiando o pensamento dos setores da universidade mais próximos a Júlio de Mesquita Filho, que em suas páginas opinativas se converteu em “legítimos interesses do ensino”.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo. O jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

ABREU, Alzira A. de. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: _____. (Org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 13-60.

_____.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa*. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. 4. Ed. São Paulo: Ática, 1990.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e bases da educação*. São Paulo: Pioneira, 1960.

BONTEMPI JR., Bruno. *A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa*. 2001. Tese (Doutorado em História e filosofia da educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. Laerte Ramos de Carvalho. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A; BRITTO, Jader de M. (Orgs.). *Dicionário de educadores no Brasil*. Da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC/INEP/COMPED, 2002, p. 674-680.

_____. “A educação brasileira e a sua periodização”: vestígio de uma identidade disciplinar. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo: SBHE, n. 5, p.43-68, jan./jul. 2003.

BREGUEZ, Sebastião. *O jornalismo no final do século XX*. S.l., s.ed., 2000. Disponível em: <www.saladeprensa.org>. Acesso em: 18 maio 2003.

CANDIDO, Antonio. Entrevista. In: SBPC. *Cientistas do Brasil*. São Paulo: SBPC, 1998, p. 583-602.

_____. A Faculdade de Filosofia mudou o panorama cultural. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 17, p. 30-37, 1999.

CAPELATO, Maria Helena R.; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Irene R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CARVALHO, João do P. F. de. *A Campanha de Defesa da Escola Pública em São Paulo (1960-1961)*. 2003. Tese (Doutorado em História e filosofia da educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, Laerte R. de. Do ensino particular. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 ago. 1946a.

_____. Reforma e planejamento. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 ago. 1946b.

_____. Do professor secundário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 1946c.

_____. As diretrizes e bases: breve história. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de (org.). *Diretrizes e bases da educação*. São Paulo: Pioneira, 1960, p.203-216.

_____. O Brasil, a cultura e a universidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jul. 1969.

CASTRO, Amélia Americano Domingues de. A memória do ensino de didática e prática de ensino no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 233-240, 1992.

CHAGAS, Valnir. *Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus. Antes, agora e depois?* São Paulo: Saraiva, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GIANNOTTI, José Arthur. Entrevista. Sobre o trabalho teórico. *Trans/form/ação*, Assis-SP, n. 1, p. 25-36, 1974.

JORNAL DA PUC. A imprensa é um foco de poder brutal. P. 7, nov. 2001.

LARIZZATTI, Dóris S. de S. “*A Luz dos olhos de um povo*”: os projetos de educação do jornal *O Estado de S. Paulo*, 1920-1934. 1999. Dissertação (Mestrado em História e filosofia da educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. Alguns elementos para estudo dos problemas do ensino secundário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 79-97, 1950.

MASCARO, Carlos C. Laerte Ramos de Carvalho, Júlio de Mesquita Filho, e *O Estado de São Paulo* na História da Educação no Brasil. *O professor*, São Paulo, p. 4, ago. 1975.

MESQUITA FILHO, Julio de. *A crise nacional*. Reflexões em torno de uma data. São Paulo: Secção de Obras d’O Estado de S. Paulo, 1925.

NAGLE, Jorge. Educação na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris (Dir.). *O Brasil Republicano*. Sociedade e instituições (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, v. 2. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 261-291.

NOVELLI, Ana Lucia. O Projeto Folha e a negação do quarto poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 181-198.

O ESTADO DE S. PAULO. Notícias da LDB. 25/5/1947, p. 3.

_____. Esperançosa expectativa. 4/1/1948, p. 3.

_____. O serviço de inspeção no ensino secundário. 9/2/1949, p. 3.

_____. Bases e diretrizes da educação. 6/3/1949, p. 3.

_____. Criação de escolas superiores. 2/9/1949, p. 3.

_____. Notas e informações. 1947-1957.

_____. Curso pré-universitário. 23/8/1953, p. 3.

_____. Sobre os exames de suficiência. 9/1/1955, p. 3.

_____. Da liberdade de ensino. 6/2/1958, p. 3.

_____. Educação e monopólio. 2/3/1958, p. 3.

_____. Assumi o novo reitor da Universidade de Brasília. 9/9/1965.

_____. D. Aluísio vai officiar a missa pelo centenário do “Estado”. 1/1/1975, p. 3-4.

PEREIRA, João Baptista Borges. *A escola secundária numa sociedade em mudança*. Interpretação socioantropológica de uma experiência administrativa. São Paulo: Pioneira, 1969.

PILETTI, Nelson. Laerte Ramos de Carvalho: o discurso e a prática. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, USP, v. 17, n. 1/2, p. 65-101, jan./dez. 1991.

RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 31-46.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária (perspectiva histórica e teoria)*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Luiz Martins da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 47-74.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SPOSITO, Marília P. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

TRAVANCAS, Isabel S. *O mundo dos jornalistas*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1993.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1936)*. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1937.

_____. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1950)*. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1952.

_____. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939-1949)*. 2 v. São Paulo: Seção de Publicações da USP, v. 1, 1953a.

_____. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939-1949)*. 2 v. São Paulo: Seção de Publicações da USP, v. 2, 1953b.

_____. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1951)*. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1953c.

Endereço para correspondência:

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Setor de Pós-Graduação, Programa de Estudos Pós-Graduados em
Educação: História, Política, Sociedade
Rua Ministro de Godói, 969, 4 andar, sala 4E-19
Perdizes – São Paulo-SP
CEP 05015-901
E-mail: bontempijr@pucsp.br

Recebido em: 10 set. 2005

Aprovado em: 10 jan. 2006